Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro Sul e Regiões Autónomas
Organização dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica, Química, Farmacêutica, Eléctrica, Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa

Moção - ARM (Águas e Resíduos da Madeira)

Pelo início da negociação do IRCT e resposta às propostas reivindicativas para 2016

Os trabalhadores da ARM reunidos em plenário geral na ETZL Porto Novo, no dia 11 de Fevereiro, para analisar as conclusões da última reunião realizada com a Administração, decidem:

- Exigir respostas ao caderno reivindicativo apresentado, designadamente o aumento real dos salários, dos subsídios e de outras matérias de expressão pecuniária, que se encontram congelados não só durante a vigência do designado PAEF, que terminou em Dezembro de 2015, mas na maioria dos casos desde o ano de 2006.
- Reafirmar que tais aumentos constituem uma forma de recuperação do poder de compra perdido pelos trabalhadores, contribuindo por essa via para a imperiosa necessidade de dinamização da economia regional e nacional.
- Reiterar a posição assumida pela Direcção do Sindicato acerca da necessidade de fixar com exactidão o início do processo negocial para negociação de um instrumento de regulamentação colectiva de trabalho e estabelecer como limite mais que razoável o compromisso assumido pela Administração de apresentar a sua contraposta até ao final da primeira quinzena de Abril.
- Solicitar reuniões, para transmitir as reivindicações dos trabalhadores, à Presidência do Governo Regional, à Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública, à Secretaria do Ambiente e Recursos Naturais e aos Grupos Parlamentares da Assembleia Legislativa Regional, e exigir soluções para a uniformização das relações de trabalho no âmbito da ARM, de modo a que as mesmas se aproximem gradualmente das praticadas nas empresas do sector a nível nacional.
- Mandatar o Sindicato e manifestar a sua disposição para realizar as acções de luta, que forem necessárias, incluindo o recurso à greve, caso os compromissos assumidos pela Administração não sejam assumidos, e tudo fazer em defesa das suas propostas.

Porto Novo, 11 de Fevereiro 2016
O plenário

Aprovada por unanimidade